



LEI nº 4319, de 30 de dezembro de 2009

Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Município de Contagem para o exercício de 2010.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM APROVA e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Fiscal do Município de Contagem, para o exercício de 2010, estima as receitas e fixa as despesas em **R\$ 998.099.477,00** (novecentos e noventa e oito milhões, noventa e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais), discriminados nos anexos e demonstrativos integrantes desta Lei.

Art. 2º Integram esta Lei, os demonstrativos exigidos pela Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar 101/2000 e Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 4.275, de 15 de julho de 2009.

Art. 3º As receitas, estimadas por categoria econômica e segundo a origem dos recursos, estão desdobradas nos seguintes componentes:

Receitas Correntes	907.390.692
Receita Tributária	170.873.950
Receita de Contribuições	50.332.800
Receita Patrimonial	6.222.632
Receita de Serviços	8.664.620
Transferências Correntes	624.141.672
Outras Receitas Correntes	47.155.018
Receitas de Capital	131.476.138
Operações de Crédito	6.000.000
Alienação de Bens	3.212.000
Transferências de Capital	122.264.138
Receitas Intraorçamentárias	36.178.500
<u>Dedução da Receita Corrente</u>	<u>-76.945.853</u>
Total da Receita	998.099.477

Art. 4º As Despesas fixadas para o exercício de 2010, no mesmo valor das Receitas, constantes nos demonstrativos que integram esta Lei, estão desdobradas de acordo com as seguintes Funções de Governo:

Legislativa	22.480.000
Essencial a Justiça	3.409.110
Administração	78.213.546
Segurança Pública	15.471.032
Assistência Social	19.498.689
Previdência Social	68.393.700
Saúde	238.261.138
Trabalho	6.625.230
Educação	225.021.227
Cultura	1.601.000
Urbanismo	76.518.540
Habitação	55.835.052
Saneamento	40.870.264
Gestão Ambiental	52.662.183
Indústria	4.283.700
Comércio e Serviços	233.220
Desporto e Lazer	3.758.200
Direitos e Cidadania	484.600
Encargos Especiais	60.279.046
Reserva de Contingência	24.200.000
Total de Despesas	998.099.477

Parágrafo único Além das unidades da Administração Direta, são também Unidades Orçamentárias integrantes do Orçamento do Município os Fundos Municipais de Saúde, de Assistência Social, da Criança e do Adolescente, Trabalho e Renda Solidária, de Segurança Alimentar e Nutricional, do Meio Ambiente, da Habitação de Interesse Social, da Procuradoria Geral, PREVICON, TRANSCON, FAMUC, FUNEC, CONPARQ, CINCO, CONTERRA, e o Consórcio Regional Mulheres das Gerais.

Art. 5º Os recursos correspondentes à Reserva de Contingência (mínimo de 3% da Receita Corrente Líquida) poderão ser destinados ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, como fonte compensatória de recursos para abertura de créditos adicionais e também conforme o parágrafo único, do art. 17, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nº 4.275, de 15 de julho de 2009.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita, através de contratos, até o limite estabelecido em Lei.

Parágrafo único. Na contratação das operações de crédito de que trata este artigo, o Poder Executivo poderá oferecer em garantia das operações contratadas a vinculação de partes de suas cotas do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, e/ou do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.

Art. 7º Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº 4.320/64, autorizado a abrir créditos adicionais ao Orçamento Fiscal, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da despesa fixada no art. 1º desta Lei, acrescentando, se necessário, naturezas de despesas, dentro de cada projeto ou atividade.

Parágrafo único. Não oneram o limite estabelecido no *caput* deste artigo:

- I - as suplementações de dotações referentes às despesas de pessoal e encargos sociais;
- II - as suplementações de dotações com recursos vinculados, isto é, oriundos de arrecadações com destino específicos, de transferências e ou de convênios celebrados com o Estado, a União e outras entidades, e quando se referirem a remanejamento ou utilizarem como fonte o excesso de arrecadação e o saldo financeiro de exercícios anteriores;
- III - as suplementações de dotações referentes ao pagamento da dívida pública e de precatórios judiciais;
- IV - as alterações orçamentárias ocorridas dentro de um mesmo Programa;
- V - as suplementações de dotações que tenham como origem os recursos da Reserva de Contingência;
- VI - as suplementações de dotações que tenham como origem os recursos provenientes de excesso de arrecadação e saldos financeiros das Receitas Próprias;
- VII - as alterações orçamentárias geradas quando da criação de novos órgãos ou unidades orçamentárias.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para tornar possível o realinhamento dos recursos disponíveis e a reclassificação das receitas e despesas que, em decorrência de fatores conjunturais, e pela sua imprevisibilidade, como portarias e leis federais, possam ocorrer durante a execução orçamentária do exercício de 2010.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Registro, em Contagem, 30 de dezembro de 2009.

AGOSTINHO FERNANDES DA SILVEIRA
Vice Prefeito de Contagem